



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**(Eixo: TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONFLITO)**

**Agroecologia e transições ecológicas no campo:  
construindo diálogos<sup>1</sup>**

Guilherme Afonso Del Pintor Pereira <sup>2</sup>

Julia da Silva Gonçalves <sup>3</sup>

Isabel Junko Narimatsu <sup>4</sup>

Sonia Regina Vargas Mansano <sup>5</sup>

**Resumo:** O estudo propõe uma análise teórico-conceitual sobre o território rural como espaço de conflito buscando identificar possibilidades de diálogos entre cientistas e produtores rurais. Adotando uma perspectiva teórica orientada pela Filosofia, Sociologia e Psicologia Social, analisamos a organização do espaço rural, fazendo o seguinte percurso: primeiro, abordamos o cenário capitalista e sua busca desenfreada por produtividade no campo. Na sequência, apresentamos outras maneiras de relação com a terra que prioriza uma aliança sustentável entre cientistas e produtores rurais. Como conclusão, indicamos o quanto os diálogos entre esses agentes pode abrir possibilidades de parcerias que favoreçam a expansão da vida rural.

**Palavras-chave:** Rural; Transição ecológica; Agronegócio; Agroecologia; Políticas de subjetivação.

**Abstract:** This study proposes a theoretical-conceptual analysis of rural territory as a space of conflict, seeking to identify possibilities for dialogue between scientists and rural producers. Adopting a theoretical perspective guided by Philosophy, Sociology, and Social Psychology, we analyze the organization of rural space, following this path: first, we address the capitalist scenario and its unbridled pursuit of productivity in the countryside. Next, we present other ways of relating to the land that prioritize a sustainable alliance between scientists and rural producers. In conclusion, we indicate how dialogue between these agents can open possibilities for partnerships that favor the expansion of rural life.

**Keywords:** Rural; Ecological transition; Agribusiness; Agroecology; Politics of subjectivation.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com apoio do Edital FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, na Universidade Estadual de Londrina.

<sup>2</sup> Psicólogo, Pesquisador pelo edital FINEP associado ao projeto TRANSFORMAT da Universidade Estadual de Londrina, guilherme.afonso@uel.br

<sup>3</sup> Discente do curso de Psicologia, Bolsista pelo edital FINEP associado ao projeto TRANSFORMAT da Universidade Estadual de Londrina, julia.silva.goncalves@uel.br

<sup>4</sup> Discente do curso de Psicologia, Bolsista pelo edital FINEP associado ao projeto TRANSFORMAT da Universidade Estadual de Londrina, isabel.junko.narimatsu@uel.br

<sup>5</sup> 5Psicóloga, Docente da Universidade Estadual de Londrina, Orientadora do projeto TRANSFORMAT, Doutora em Psicologia Clínica, mansano@uel.br



## 1. INTRODUÇÃO

O território rural brasileiro tem sido historicamente constituído como espaço de conflitos, disputas e desigualdades de poder. Nele configuram-se diferentes interesses que evidenciam modos de pensar, apropriar e gerir projetos voltados ao desenvolvimento produtivo e às dinâmicas relacionais com a natureza. Contemporaneamente, tais confrontos são intensificados frente ao avanço do agronegócio extrativista orientado, majoritariamente, por uma racionalidade produtiva de capital financeiro operada pela concentração fundiária em paralelo à homogeneização dos modos de vida aderentes aos imperativos técnico-econômicos de desenvolvimento do mercado global (Stengers, 2022). Entendemos tais processos como esvaziadores de sentidos coletivos, abrindo caminhos que encerram, cada vez mais, os vínculos comunitários, os saberes locais e as relações de cooperação entre humanos, não-humanos e território. Tal fato abre espaços para fragilidade e esvanecimento de relações entre seres vivos.

Ao mesmo tempo, tratando-se de um território de conflitos, outras experiências no espaço rural são experimentadas no sentido de potencialização dos seres vivos as quais disputam e até desafiam esse modelo hegemônico de organização e controle territorial. Este é o caso da presente pesquisa que toma em análise os movimentos associados às transições ecológicas e à agroecologia como possibilidades de engendrar novas configurações técnico-políticas que incidem diretamente sobre a organização do espaço rural. As ações nessa direção colocam em cena uma luta ético-política que prioriza os sentidos compartilhados em torno da noção de territorialidade, de desenvolvimento e da própria ideia de progresso rural. A agroecologia, nesse horizonte, não se compromete em delimitar uma solução totalizante, tão pouco um modelo universalizável de como se deve reorganizar o espaço rural no tempo das catástrofes ambientais, mas se apresenta como fonte possível de resgate e criação de experiências relacionais comuns e sensíveis entre os seres vivos e destes com os territórios (Nodari; Guerra, 2015).

Sensível a essa realidade social, o presente estudo traçou como objetivo construir um diálogo entre cientistas de transição ecológica e produtores rurais, tendo como norteadores os conceitos de política e de sustentabilidade sob uma perspectiva psicossocial. Busca-se, com isso, analisar os efeitos subjetivos da relação entre agentes sociais envolvidos no projeto TRANSFORMAT. Para tanto, o estudo foi dividido em dois momentos: primeiramente, como desenvolvimento teórico, abordamos o cenário capitalista e sua busca desenfreada por produtividade nos diferentes setores da sociedade, incluindo o campo no qual se instalam diferentes conflitos de interesse. Na sequência, como resultado, abordamos outras maneiras de se relacionar com a terra e discutimos a relevância de priorizar uma aliança dialógica entre cientistas e produtores rurais pautada na sustentabilidade e na história local.

Ao final desta trajetória, o estudo indica a importância atual de criar espaços de diálogos entre cientistas ligados à transição ecológica e produtores rurais, sublinhando que essa prática abre oportunidades interessantes para o avanço da ciência e dos saberes locais, ao mesmo tempo que cumpre a tarefa pública de produzir conhecimentos de ampla competência técnica e



inovadora, comprometida eticamente com as demandas do cotidiano da população.

## **2. DESENVOLVIMENTO: O TERRITÓRIO RURAL COMO ESPAÇO DE CONFLITO**

Inicialmente, cabe situar uma análise teórica-conceitual acerca da noção de território rural e seus espaços de conflitos, campo complexo onde se concentram disputas ético-políticas e técnico-científicas entre diferentes agentes com seus sistemas de organização e operacionalização dos espaços rurais. Tais disputas traçam uma zona de conflitos atravessada tanto por forças interessadas na perpetuação e intensificação de determinados sistemas de produção econômica, social e ambiental, já instituídos em larga escala no território rural, como por movimentos implicados na construção de sistemas alternativos de relação com a produção e com as dinâmicas de proteção de vidas. Partindo destes últimos, cabe situar os programas rurais de transição ecológica, associados à agroecologia, como processos voltados ao fortalecimento de vínculos comunitários e de ensaios de outros modos de coexistência no campo entre humanos, não-humanos e territórios. Esses programas atuantes na construção de novas técnicas agrícolas vêm desenvolvendo diferentes formas de pensar, intervir e gerir os espaços rurais, ofertando sistemas alternativos às tecnologias de produção operadas pelo agronegócio hegemônico.

O capitalismo que organiza o agronegócio tornou-se um sistema dominante e disseminado na zona rural, articulado aos interesses dos mercados globais, vinculados à agricultura extrativista e a instituição massiva de pacotes técnico-científicos padronizados para a produção em larga escala no campo, valorizando a monocultura. Neste horizonte, o agronegócio vem ocupando uma posição de controle sob o território rural, exercendo uma dominação sobre as dinâmicas de vidas humanas e não humanas existentes nele. Por meio da adoção de um modelo técnico único, busca favorecer uma maior rentabilidade financeira em detrimento à multiplicidade de elementos naturais, de saberes tradicionais e práticas relacionais entre os seres que compartilha a terra. Ao conceber o território rural somente como suporte produtivo, o agronegócio engendra neste a “produção raciocinada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico” (Santos, 1994, p. 24).

Entendemos o rural, neste estudo, como espaço de compartilhamento das experiências de vidas humanas e não humanas, bem como horizonte político de reconfiguração dos usos e organizações do território. Tal compartilhamento abre diferentes dimensões a serem consideradas as quais, de acordo com Santos (1994), envolve a tecnoesfera e a psicoesfera. Em suas palavras:



o espaço pode ser entrevisto através da tecnoesfera e da psicoesfera que, juntas, formam o meio técnico-científico. A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente [...] A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo [...] Esse meio técnico-científico é muito mais presente como psicoesfera que como tecnoesfera (Santos, 1994, p. 13-14).

Ao sublinhar que o meio técnico-científico está muito mais presente como psicoesfera que como tecnoesfera, Santos (1994) coopera para sustentar uma crítica voltada ao agronegócio enquanto sistema que exerce uma determinada valoração técnico-científico, que opera disputas no território em torno das condições relativas à constituição de sentidos subjetivos, sociais e ambientais que garanta a pluralidade nos modos de habitar o mundo. Situando, de tal modo, a noção de território além de uma simples localidade onde se operam disputas materiais de seus agentes, Santos (1994) abre para a compreensão do território em meio a efetuação de diferentes forças. Há, nessa leitura, um encontro entre as esferas técnicas, a estrutura econômica e as sensibilidades, humanas e não-humanas, que participam ativamente nas mudanças e transformações que o compõe.

Tal panorama indica que o território articula campos processuais e zonas de disputas constantes que produzem mutações em diferentes esferas da vida. O território, nessa perspectiva analítica, não implica apenas uma coordenada espacial, mas o efeito, em constante transformação, de processos de territorialização e desterritorialização que organizam espaços, ritmos, sensibilidades e relações dos seres vivos que o habitam. Compreendemos os processos de territorialização como um conjunto de relações, sensibilidades, sentidos e práticas que se conjugam na produção de um espaço existencial que possibilita aos seres individuais ou coletivos se localizarem, se reconhecerem e permanecerem produzindo uma continuidade de existência em meio aos conflitos inerentes a ação das forças (Guattari, 1992). Por outro lado, a desterritorialização se dá como o processo em que um território existencial perde sua consistência, seus ritmos e sentidos de existência, expondo os seres vivos ao campo aberto dos conflitos (Guattari, 1992) e dos movimentos vitais de criação de novos territórios.

A organização socioeconômica capitalista, que também rege o agronegócio, opera ao mesmo tempo processos de desterritorialização e territorialização. Territorializa rigidamente uma racionalidade produtiva única, pautada na padronização técnica e na redução dos espaços rurais a coordenadas financeiras geralmente aderentes a expansão da monocultura; ao passo que desterritorializa vínculos comunitários, saberes tradicionais, relações sensíveis entre humanos, não-humanos e território, a fim de anexá-las à expectativa focada na produtividade. A partir destes processos, o agronegócio tende a intensificar crises ambientais, subjetivas e sociais. Guattari (1990) contribui com esta análise quando aborda o território a partir da noção de ecosofia. Em seu entendimento, é relevante considerar as articulações entre as dimensões ambientais, sociais e subjetivas da existência. Nessa perspectiva, os processos de inserção no território rural não se limitam a um plano material de organização, mas perpassam modos de vida, sensibilidades e dinâmicas coletivas de relação com o espaço e seus ocupantes.

Cabe considerar também que parte dos movimentos realizados pelos agentes do



agronegócio em resposta às crises ecológicas ancoram-se em uma noção de desenvolvimento sustentável balizada por perspectivas econômicas que, uma vez aderentes aos valores capitalistas, tornou-se insustentável. Nessa direção, o agronegócio imputa um sistema de sentidos sobre o que é agricultura, produtividade, território e sustentabilidade que promove a naturalização da produtividade a qualquer custo. Sobre isso, Santos (1994) alerta que não adianta convocar “as questões do meio-ambiente, sem que um espaço maior seja reservado a uma reflexão mais profunda sobre as relações, por intermédio da técnica, seus vetores e atores, entre a comunidade humana assim mediatizada e a natureza, assim dominada” (Santos, 1994, p. 11). Em larga medida, a ausência dessa análise dificulta a consideração de aspectos ético-políticos que compõem os espaços rurais, limitando as possibilidades de ações políticas e coletivas. Em uma perspectiva ecosófica, as práticas rurais poderiam se beneficiar de tecnologias ecológicas, da preservação de espaços naturais, dos saberes locais e de relações sensíveis entre seus agentes. Isso implicaria considerar cada espécie viva como legítima nos modos de habitar e organizar os territórios.

Trilhamos neste estudo uma direção diferente da mera exploração econômica do espaço rural, orientados por uma noção de sustentabilidade que articule práticas sustentáveis, ética e coletividade, colocando em destaque o exercício político que pode ser acionado entre a natureza e os vínculos comunitários. Intentamos, assim, uma compreensão do território rural como espaço de composição política entre humanos e não-humanos.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: POR UMA CIÊNCIA QUE ARTICULE POLÍTICA, NATUREZA E COLETIVO**

No contexto capitalista, as diferentes áreas de conhecimento acabam sendo convocadas a operar de modo a favorecer o mercado, atendendo a demandas ligadas ao desenvolvimento produtivo global de larga escala. Nesse processo, corre-se o risco de minimizar a importância de questões ético-políticas as quais acabam deslocadas a um plano distante do conhecimento técnico. Essa distância sustenta uma racionalidade que se apresenta na naturalização de determinadas formas de ocupação, exploração e organização do território rural, ancorada na busca de resultados voltados apenas à produção. Santos (1994) mostra que há, nessa racionalidade, o risco de sobrepor a técnica aos agentes sociais e sua história. Em suas palavras, quando descontextualizada e longe da realidade social, a técnica se coloca enquanto uma “grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno” (Santos, 1994, p. 7).

Tal tendência inviabiliza a problematização das referências sociais, históricas e políticas que ajudam a constituir a produção de sentidos e a vinculação com a agricultura, a sustentabilidade



e mesmo com a inovação do uso território rural pelas comunidades (Fernandes; Gonçalves; Silva, 2022). Nas palavras dos autores:

é do ato da experiência de viver com os outros e de habitar um território vivo e conectado entre os entes que dele fazem parte que brotam a vida comum e os conhecimentos dela derivados. É uma vida fiada em laços de confiança com os animais, os vegetais, os espirituais e as amizades políticas. Aqui, o sentido de comunidade se espalha para além das relações e das políticas estabelecidas entre os humanos, para incluir as diversas políticas e ações implicadas com outros seres e entes que habitam a vida coletiva (Fernandes; Gonçalves; Silva, 2022, p. 11).

É nesse sentido que o campo se torna uma zona de disputas. Nele, o agronegócio tende a ser colocado como expressão objetiva de avanço e seguridade com vistas à produtividade. Isso coaduna com as demandas econômicas do mundo contemporâneo, mesmo que o preço culmine em diferentes crises e catástrofes ecológicas, sociais e existenciais (Monerat, 2021). Stengers (2023) assinala que uma outra perspectiva é possível e a ciência pode ser grande aliada nessa abertura. Em suas palavras:

Para que uma outra ciência seja possível, no entanto, não bastam iniciativas "interdisciplinares" que ocorrem isoladamente e com o respeito mútuo das fronteiras disciplinares. Trata-se de aceitar o experimento do encontro, em torno de uma situação que lhes concerne, com outros protagonistas, cujos saberes diferem e não respondem aos critérios das ciências (Stengers, 2023, p. 15).

Como poderíamos avançar nessa direção? É aí que situamos os estudos e movimentos de transição ecológica e da agroecologia. Falamos, então, de uma prática científica interdisciplinar que, pela interlocução plural, aborde dimensões como justiça socioambiental, cuidados com os ecossistemas, vínculos comunitários e relações sensíveis entre os distintos modos de vida. Para tanto, cabe considerar que no campo coexistem distintas posições políticas, imbuídas de valores morais ou militantes, que se enfrentam com decisões técnicas sobre a organização espacial do território. O efeito dessa pluralidade, por vezes, gera conflitos entre agentes sociais que priorizam o lugar da técnica como sendo legítima e os agentes comunitários que priorizam o saber do cotidiano. Se esse enfrentamento não encontra espaço de diálogo corre o risco de culminar no isolamento e na despolitização das decisões que marcam os espaços rurais.

O debate público e a expressão de outros modos legítimos de compor e habitar o território não estão dados. É algo a ser construído e debatido. Latour (2004) chama a atenção para a relevância de consolidar uma negociação coletiva sobre o modo de habitar o mundo, articulando uma instância comum de decisões, onde cientistas, políticos e população cooperem na organização e gestão de espaços cooperando com suas competências distintas e funções complementares no coletivo. Em sua perspectiva de análise:

Só é possível pensar a democracia caso se possa atravessar livremente a fronteira, agora desmantelada, entre ciência e política, a fim de acrescentar à discussão uma série de vozes novas, inaudíveis até então, ainda que seu clamor pretendesse cobrir todo o debate: a voz dos não humanos. Restringir a discussão aos humanos, a seus interesses, suas subjetividades, seus direitos, parecerá, dentro de alguns anos, tão estranho quanto ter limitado, durante tanto tempo, o direito de voto aos escravos, aos pobres e às mulheres (Latour, 2004, p. 116).

Nesta direção, a qualificação da transição ecológica, bem como da agroecologia, cuja ação prioriza o envolvimento de múltiplos agentes sociais, abre espaços para superar uma antiga constituição antropocêntrica nas disputas territoriais. Ao introduzir no centro do debate a



inseparabilidade entre humanos e não-humanos, ciência e produtores, técnica e política, coloca-se em questionamento o sistema hegemônico do agronegócio, reivindicando a abertura de uma zona comum, na qual diferentes vozes e modos de existência possam ser considerados na composição coletiva dos territórios e seus usos. Para isso, “basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade” (Santos, 1994, p. 17) entre seus agentes, pois “a vida não é um produto da Técnica, mas da Política” (p. 17). Nesse caminho, a supremacia da técnica, enquanto organizadora do modo de habitar o mundo, bem como a forma hegemônica de conceber e representar o território, abrem para a análise de uma questão mais ampla: o que os produtores rurais, a ciência e a política podem fazer em conjunto para favorecer a expansão dos modos de vida, resguardando nesse processo suas diferenças?

Responder, ainda que parcialmente a esta questão, exige que examinemos com atenção as crises ecológicas e as catástrofes ambientais, efeitos da separação entre política, produtores e cientistas. Nessa direção, reconhecemos, nos movimentos de transição ecológica e da agroecologia, inovações técnico-políticas que elaboram, contemporaneamente, a construção deste espaço de diálogo e deliberação coletiva, bem como o desenvolvimento de relações sensíveis e vínculos comunitários entre os agentes envolvidos. Assim, aliando-nos a Guattari (1990), salientamos: “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referência sociais e individuais” (p. 25).

Ampliar a participação na organização e gestão territorial dos espaços rurais abre possibilidades para qualificar e diversificar os processos voltados à transição ecológica. Por transição ecológica entende-se um horizonte político de processos orientados pela reinvenção de práticas de diversificação de bases produtivas alternativas ao sistema produtivista do agronegócio hegemônico. A transição é orientada, assim, por um maior alcance de impactos sociais e distribuição de renda, preservando biomas por meio de modelos de desenvolvimento econômicos que conjuguem “estratégias de conservação, autonomia cultural e autodeterminação tecnológica das diversas regiões que compõem a nação brasileira” (Fernandes *et al.*, 2025, p. 10). Nesse contexto, a transição ecológica compreende um processo transversal e aberto, mas, ao mesmo tempo situado e voltado à reconfiguração coletiva de práticas de existência. Isso permite articular tanto a diversificação de modelos técnico-científicos de produção, quanto à composição com múltiplos saberes e modos de vida locais que organizam os espaços tendo como norteadora a preservação de ecossistemas.

A agroecologia também desponta como uma dessas práticas implicadas no reconhecimento da pluralidade de existências e de saberes necessários para a recomposição da natureza, tomando em consideração a temporalidade e especificidade de seus biomas. Enquanto um sistema alternativo de produção, a agroecologia apresenta-se como uma prática de desenvolvimento que conjuga em suas bases científicas e conceituais o “conhecimento indígena e tradicional, aspectos culturais, manejo ecológico de pragas, manejo da biodiversidade,



aspectos socioeconômicos, educação em agroecologia, entre outras coisas, e apresenta uma contribuição decisiva na evolução conceitual com relação às formas de agricultura não convencionais” (Nodari; Guerra, 2015, p. 193).

Caracterizada como uma abordagem científica, a agroecologia mobiliza, ao mesmo tempo, achados científicos relacionados às técnicas de manejo, recuperação de solos vivos e produção orgânica, mantendo cada um deles devidamente imbuídos de valores sustentáveis e comuns ao cuidado com o espaço comunitário com os vínculos relacionais. São práticas aderentes a princípios ecológicos do desenho e manejo de sistemas agrícolas, integrando dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas atravessadas pela sustentabilidade de agroecossistemas e dos particulares modos de vida rurais (Altieri, 2002). A prática da agroecologia derruba, de tal modo, a perigosa pretensão de separação entre ciência e produção ao colocar agentes sociais, plantas, insetos, políticas públicas, sementes, entre outros componentes do território rural, no mesmo patamar de participação da composição de um espaço coletivo.

Entendemos, assim, que nenhuma inovação é apenas técnica, pois implica diretamente a reorganização de espaços que são multifacetados e multidimensionais, incluindo os conflitos e sensibilidades que neles ganham forma e expressão. Sendo assim, cientistas e produtores não apenas descrevem e aplicam saberes científicos e cotidianos, mas definem os sentidos de quais práticas, existências e vínculos são legítimos, evocando a dimensão política das ações e decisões no modo de organizar e gerir o território rural.

Se neste estudo reconhecemos a dimensão política das transições ecológicas e da agroecologia, sob o enfoque crítico da Psicologia Social, é por que as consideramos práticas contemporâneas que operam processos de expansão da vida a fim de recompor a dimensão de vínculos entre seres vivos, tecnologias e saberes tradicionais. Neste horizonte, as inovações técnico-políticas das transições ecológicas e da agroecologia podem vir a configurar:

Novas práticas sociais, novas práticas estéticas, novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, como o estranho: todo um programa que parecerá bem distante das urgências do momento! E, no entanto, é exatamente na articulação: da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época (Guattari, 1990, p. 55).

São iniciativas que evocam a reorganização do modo de habitar o território e constituem estratégias legítimas de experiências relacionais capazes de agregar múltiplas formas de vidas em suas composições.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar as diferenças entre a produção de saberes advindas das instâncias científica e rural, buscando compreender seus modos de operar bem como as possíveis alianças entre seus



agentes sociais, é possível vislumbrar iniciativas plurais de composição com a terra e com os modos de vida. Entende-se, desse modo, que as disputas entre agronegócio e agroecologia no espaço rural brasileiro não se reduzem somente a escolhas enviesadas por imperativos técnico-econômicos de produtividade, mas expressam conflitos ético-políticos sobre o que pode existir, quem pode decidir sobre a vida, e quais as aberturas para elaborar diálogos em prol de um mundo comum.

Enfatizamos, neste estudo, as possibilidades de uma agroecologia como processo, não como solução definitiva, buscando evidenciar seu caráter experimental, expansivo, histórico e relacional. Isso implica, para além de técnicas, tomar em análise modos de vida e de relação com a natureza que superem a mera instrumentalização neoliberal do espaço rural brasileiro.

Nesse percurso, argumentamos que o território não se configura como dado neutro ou somente suporte físico de produção, mas como campo de disputas entre interesses díspares e projetos de mundos. Colocar em análise a oposição histórica entre agronegócio e agroecologia evidencia que há conflitos econômicos e políticos a serem enfrentados, os quais põem em jogo diferentes formas de ocupação dos territórios. A divisão que se abre, de um lado, com a consolidação de um sistema hegemônico que naturaliza a separação entre fatos científicos e valores políticos, instituindo práticas produtivas exploratórias; e, de outro, os sistemas alternativos que reinscrevem nos espaços rurais a dimensão de vínculos comunitários, de saberes locais e de relações sensíveis entre humanos, não-humanos e território, deixa clara a demanda por intensificar debates e diálogos neste contexto.

Evidenciar os conflitos atualizados no campo, permite vislumbrar os efeitos do que Stengers (2022) denomina como tempo das catástrofes, considerando que os modos de ocupação dos territórios e as disputas ético-políticas em relação à natureza requer conjugar as crises ecológicas junto às crises sociais e subjetivas. Abre-se, assim, espaço para uma noção de multiterritorialidade, onde diferentes modos de existência, sentidos e produção coexistem ao mesmo tempo que precisam ser considerados em sua diversidade de perspectivas.

Reconhecendo a impossibilidade de uma solução única e homogênea que dê conta das crises contemporâneas que vivemos, o estudo demonstra que o diálogo político sobre o território rural implica sustentar uma disponibilidade para a construção de modos comuns de habitar um território, sem apagar os conflitos ético-políticos que o atravessa, mas identificar e sustentar sua ampla discussão. Nesse sentido, enfatizamos que, ao criar espaços dialógicos, a agroecologia e as transições ecológicas se aliam a uma prática ecosófica, na qual os territórios existenciais nos quais operam não se fecham em si mesmos, rígidos e padronizados nos modos de organização e gestão, mas se efetuam com zonas de aberturas para emergência de novos modos de existência, a partir de práticas que tornem seus espaços sustentavelmente habitáveis (Guattari, 1990).

Encontramos aqui um grande desafio colocado à Psicologia Social em sua interface com outras áreas de conhecimento e com questões relacionais da zona rural: trata-se de deslocar a discussão massiva das racionalidades técnica-científicas para uma atenção pluralizada, que



tome em consideração os modos de composição de vida coletivos e voltados ao bem-comum. É aí que a dimensão política se atualiza. Nessa direção, acompanhamos a ideia de Latour (2004) de que um avanço ecológico envolverá múltiplas interações: “da ecologia e da política, das coisas e das pessoas, da natureza e da sociedade” (p. 100).

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- FERNANDES, Saulo Luders; GONÇALVES, Bruno Simões; SILVA, Liliane Santos Pereira. Psicologia, Povos Tradicionais e Perspectivas De(s)coloniais: Caminho para Outra Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42 (n.spe), e263863, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263863>. Acesso em: 05 fev 2026
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia**. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- MONERAT, Julio Cesar Pereira. Bioeconomia e financeirização dos riscos ambientais: formas capitalistas de enfrentamento da crise ambiental: a crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 174–204, 2021. Disponível em: 10.9771/gmed.v13i2.44903. Acesso em: 05 fev 2026
- NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 183–207, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100010>. Acesso em: 05 fev 2026
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível: Manifesto por uma desaceleração das ciências**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet Nones. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ubu Editora, 2022.